REGULAMENTO (CEE) Nº 1627/88 DA COMISSÃO

de 10 de Junho de 1988

que altera o Regulamento (CEE) nº 1467/88 o qual institui um direito de compensação na importação de limões frescos originários da Espanha (excepto as ilhas Canárias)

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Económica Europeia,

Tendo em conta o Acto de Adesão de Espanha e de Portugal,

Tendo em conta o Regulamento (CEE) nº 1035/72 do Conselho, de 18 de Maio de 1972, que estabelece a organização comum de mercados no sector das frutas e produtos hortícolas (1), com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CEE) nº 1117/88 (2), e, nomeadamente, o nº 2, segundo parágrafo, do artigo 27º,

Considerando que no Regulamento (CEE) nº 1467/88 da Comissão (3), alterado pelo Regulamento (CEE) nº 1554/88 (4), se instituiu um direito de compensação na importação de limões frescos originários da Espanha (excepto as ilhas Canárias);

Considerando que no nº 1 do artigo 26º do Regulamento (CEE) nº 1035/72 se fixaram as condições em que se altera um direito instituído por força do artigo 25º do referido regulamento; que a tomada em consideração dessas condições leva a que se altere o direito de compensação na importação de limões frescos originários da Espanha (excepto as ilhas Canárias);

Considerando que, por força do nº 2 do artigo 136º do Acto de Adesão de Espanha e de Portugal (5), durante a primeira fase do período de transição o regime aplicável às trocas comerciais entre um novo Estado-membro, por um lado, e a Comunidade na sua composição em 31 de Dezembro de 1985, por outro lado, é o que era aplicado antes da adesão:

Considerando que o nº 1 do artigo 140º prevê uma redução de 6 % das taxas compensatórias resultantes da aplicação do Regulamento (CEE) nº 1035/72 durante o terceiro ano seguinte à data de adesão,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1º

O montante de 7,76 ECUs constante do artigo 1º do Regulamento (CEE) nº 1467/88 passa a ser de 10,60 ECUs.

Artigo 2º

O presente regulamento entra em vigor em 11 de Junho de 1988.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-membros.

Feito em Bruxelas, em 10 de Junho de 1988.

Pela Comissão Frans ANDRIESSEN Vice-Presidente

JO nº L 118 de 20. 5. 1972, p. 1. JO n° L 107 de 28. 4. 1988, p. 1. JO n° L 132 de 28. 5. 1988, p. 64.

JO nº L 139 de 4. 6. 1988, p. 36.

⁽⁵⁾ JO nº L 302 de 15. 11. 1985, p. 9.